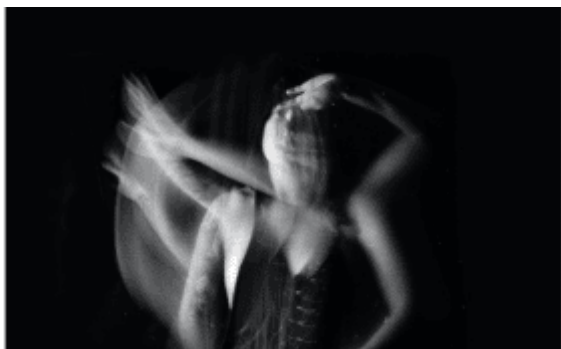


A psicanálise explica Bolsonaro?



Por **BRUNO FIASCHETTI***

As ferramentas tradicionais de análise política e conjuntural pareceram não dar mais conta do complexo e tumultuado dia a dia político brasileiro

A vitória de Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018 deixou parte dos brasileiros atônitos. As razões para tanto são inúmeras e perpassam pontos como a forma de condução de sua campanha, a ausência de propostas concretas para os dilemas nacionais e, sobretudo, os discursos afrontosos aos direitos humanos e de celebração da ditadura militar que assolou o país proferidos a esmo durante as mais de duas décadas de vida pública do então candidato. Mesmo com tais ventos de proa, mais de 57 milhões de brasileiros escolheram o capitão reformado para ocupar o Palácio do Planalto.^[i]

Entre a incredulidade de alguns e a celebração de outros, o que se seguiu à confirmação do resultado das urnas foi um misto de apreensão e ansiedade. O motivo: saber se a condução do país de fato seria pautada pelos discursos odiosos colecionados pelo presidente eleito ou se ele recuaria diante dos imperativos da *realpolitik*.

Faltando pouco mais de um mês para o fim do governo, sabe-se que nem o capitão nem sua tropa de ministros e apoiadores recuaram. Muito pelo contrário, como uma *blitzkrieg* avançaram diariamente sobre os direitos sociais, atacaram as minorias e travaram combates contra os moinhos de vento das “ideologias”.

Durante esse quadriênio, tais movimentos muitas vezes colocaram a trupe presidencial à frente da crítica, da imprensa e da própria classe política. Muitas das ações e omissões do governo foram incompreendidas por parte desses atores que, diante do nevoeiro causado pelos constantes ataques e posturas agressivas do presidente, pareceram pisar em ovos à procura de uma explicação convincente para o fenômeno Jair Bolsonaro. Essa espécie de falência analítica veio à tona, uma vez mais, após o encerramento do último pleito, quando se repetiram discursos de incredulidade com a expressiva votação do candidato à reeleição.^[ii]

As ferramentas tradicionais de análise política e conjuntural pareceram não dar mais conta do complexo e tumultuado dia a dia político brasileiro, o que abriu espaço para que outros saberes fossem (re)mobilizados para interpretá-lo – dentre eles, a psicanálise. O que se pretende neste breve ensaio é tensionar uma das manifestações dessa mobilização envolvendo a psicanálise, a qual atribui centralidade a um “diagnóstico público” ao futuro ex-presidente.

1.

Num movimento para lá de conhecido,^[iii] em muitos textos publicados na “grande mídia”, procurou-se identificar algum traço da personalidade do presidente ou alguma disfuncionalidade em seu aparelho psíquico que pudesse explicar sua visão de mundo e suas posturas como gestor da nação. Em outros termos, foram propostos diagnósticos com a pretensão de elucidar as condutas de Bolsonaro e enquadrá-las em uma gramática analítica conhecida.

Apelido tais diagnósticos como “públicos” devido ao fato de que ao contrário do que se possa parecer anteriormente à leitura dos referidos textos, o que se mobiliza não é a psicanálise praticada no *setting* – não se tratam de materiais

elaborados a partir de Jair Bolsonaro propriamente no divã. Mas de um conjunto de análises de falas, posturas e condutas do presidente – registros públicos e notórios, portanto – que se utilizam da letra psicanalítica. Mesmo sem o estabelecimento de uma relação simbólica entre os autores (aqueles que analisam) e o presidente, sua personalidade passa identificada como se o estivesse, dando vasão a elaborações cujo objetivo é o de desvendar o enigma que envolve suas ações.

Vejamos alguns exemplos.

Passados cem dias da posse de Bolsonaro, um ensaio publicado no jornal *El país* afirmou que o Brasil estaria “sob o domínio dos perversos”.^[iv] Segundo o texto, os perversos são aqueles que “corrompem o poder que receberam pelo voto para impedir o exercício da democracia” – corrupção essa que seria operada pelo presidente através da injeção de “espasmos calculados” no dia-a-dia político do país.

Ainda nos termos do ensaio, a perversão de Bolsonaro poderia ser observada em sua conduta de “antipresidente” – caracterizada pelo boicote das agendas de seu próprio governo e da inserção de falsos debates na arena pública – que usurpa as possibilidades de ação por parte da população. Em um esforço de clarificar os porquês do presidente poder ser identificado como um sujeito perverso, a autora elenca outros comportamentos possíveis de assim caracterizá-lo, tais quais o estímulo à violência e a exaltação constante de conflitos (entre seus apoiadores e aqueles de outras posições no espectro político; ou entre membros de seu governo, considerados “a nova política”, e atores do *establishment*, por exemplo), a mobilização frequente da memória militar da ditadura brasileira^[v] e a “fritura” dos ministros que se apresenta como o prelúdio de seus desligamentos do governo.

Diante desse leque de condutas, a perversão, segundo o ensaio, é descrita como um cálculo realizado pelo presidente cujo objetivo é mascarar suas reais intenções. O texto ilustra: “quando o insensato Jair Bolsonaro atrapalha Paulo Guedes, o projeto neoliberal ganha um verniz de sensatez que jamais teria de outro modo”.

O diagnóstico do presidente como um sujeito perverso é também observado em outro texto, mais recente, publicado pelo mesmo *El país*. Intitulado *O que podemos diante dos perversos?*,^[vi] este segundo ensaio compartilha da mesma lógica do anterior: identifica uma série de comportamentos que seriam típicos dos perversos e associa sua reprodução às condutas do presidente.

Em linhas gerais, os autores traduzem a perversão como “o desdém ou a recusa da lei”.^[vii] Nessa chave, o sujeito perverso é aquele que conhece a lei e, ainda assim, deliberadamente a despreza e a rejeita – aquele que se coloca acima dela ou se manifesta como sendo a lei.

O desprezo pela lei é identificado nas condutas presidenciais por alicerce comum – a negação. Assim sendo, os autores detectam a perversão de Bolsonaro em comportamentos como a identificação com leis particulares – portanto a negação da lei –, o descompromisso com a verdade – a negação da verdade, e assim sucessivamente –, o prazer na exploração e na violência para com o outro, a evocação repetida de um “passado perverso”,^[viii] o desejo de perpetuar um poder sobre instituições públicas e privadas e a tentativa consciente e intencional de provocar através do discurso um sentimento de medo e culpa nos interlocutores.

Face a face com essa série de condutas o texto afirma que “não seria tão difícil reconhecer um perverso”. Usando o contexto da pandemia do novo coronavírus os autores ilustram: “diante da pergunta, ele evade. Diante dos fatos, ele nega. Diante de sua própria fala, ele desmente. Ele se acha insuperável, porque a perversão, negando qualquer limite, nega até mesmo a morte. ‘É só uma gripezinha’. Assim, diante da morte, ou de milhares de mortes, ele é indiferente. ‘E daí?’”.^[ix]

Em um terceiro ensaio que utiliza a gramática psicanalítica na tentativa de desvendar o que move Bolsonaro, a perversão dá lugar ao ressentimento^[x]. Segundo a autora, o ressentimento é uma paixão^[xi] que serve de guia às ações do sujeito, as quais passam a ser pautadas por uma tentativa incessante de culpar um terceiro por seus fracassos e por sua infelicidade.

Nos termos do texto, a utilidade desse guia é eximir o ressentido de uma avaliação das escolhas que orientam o seu desejo e protegê-lo das incertezas da vida cotidiana. Tentando simplificar o raciocínio expresso pela autora, tanto essa avaliação quanto os fatores objetivos da realidade são fontes de sofrimento – portanto, a tentativa de culpar um terceiro é, em

verdade, um exercício de eleger um bode expiatório para o sofrimento inerente de “estar no mundo”. Para clarificar esse argumento o ensaio recorre ao exemplo da Alemanha nazista: a soma da frustração de uma classe média baixa espremida entre a burguesia e a potência de luta do proletariado e o peso da crise econômica sobre a população alemã durante a grande inflação teria, segundo a autora, culminado na identificação de um grupo social como o culpado pelo sofrimento daquele tempo.

Aplicando raciocínio análogo ao contexto brasileiro, a autora identifica o desprezo às classes marginalizadas levado a cabo pelo atual governo – e endossado por seus apoiadores – como resultado da operação de eleger culpados pelas frustrações e pelos sofrimentos decorrentes da crise econômica que atinge o país desde os idos de 2013.

Ainda sob a mesma linha argumentativa, o ensaio cita a atuação contrária de Bolsonaro ao trabalho da Comissão da Verdade como uma amostra de sua “personalidade ressentida”. Ou seja, é dizer que suas críticas e boicotes à iniciativa que objetiva publicizar os crimes cometidos pelo Estado durante o regime militar podem ser lidos como um esforço de culpar aqueles que participam da Comissão – ou, de uma maneira mais ampla, aqueles que desejam conhecer a verdade dos fatos sobre a ditadura brasileira – por seu sofrimento.

O argumento, ainda que constitutivamente simples, acaba por fornecer uma chave de leitura sobre os movimentos de Jair Bolsonaro. Através dela, compreende-se, por exemplo, a coletânea de declarações funestas do presidente que ressoam a violência contra as minorias e o desdém pelos direitos humanos como uma tentativa de virada de mesa contra as acusações que pairam sobre seus filhos e as críticas que se faz à forma com que o governo tratou a pandemia do novo coronavírus, que tirou a vida de quase 700 mil brasileiros. Face a face com seus infortúnios, o presidente elege culpados.

No quarto e último ensaio que integra esta coletânea de exemplos, a gramática psicanalítica é empregada para definir Bolsonaro como psicopata. Para assim caracterizá-lo, o artigo recorre a uma conceituação negativa: “Jair Bolsonaro não é louco”.^[xii] Isso porque, nos termos do texto, enquanto os loucos (dentre os quais, psicóticos e neuróticos) “sofrem e enxergam o sofrimento do outro”, os psicopatas não o fazem.

O texto assevera que, para lá de uma disfuncionalidade do aparelho psíquico, a psicopatia é um traço da personalidade de um sujeito – o que pode ser notado na passagem “a psicopatia não é uma doença, é uma maneira de ser”, ou ainda na sua definição como “desvio de caráter”. Segundo o ensaio, um sujeito psicopata é alguém incapaz de sentir culpa ou remorso ao praticar suas ações, marcadas por crueldade e violência.

Ainda nesses termos, a autora pontua que a maneira de ser do psicopata produz uma realidade paralela em que só importam poder, status e diversão. Realidade na qual o outro figura como um objeto cuja serventia é a consecução dos objetivos do psicopata. O texto não elenca quais seriam esses objetivos, mas é possível concebê-los na atual conjuntura brasileira como a manutenção do poder e a proteção a seus familiares, integrantes do governo e acusados de praticar condutas ilícitas.

Para ilustrar a realidade criada por Bolsonaro, em que imperam o “poder, o status e a diversão”, o texto define o desrespeito do presidente ao distanciamento social apontado por cientistas como o modo mais eficaz de evitar o contágio pelo novo coronavírus como um ato de desfrute de sua liberdade de ir e vir sem se importar com as consequências de seu exemplo para a população.

2.

Como apontado na introdução a hipótese aqui defendida é a de que a psicanálise é, uma vez mais, alçada à política em um contexto de insuficiência de ferramentas de análise para o contexto brasileiro. Dado o *modus operandi* do governo – inédito desde a redemocratização –, e a maneira com que cada vez mais as instituições são corroídas, a impressão é de haver necessidade de mobilizar novos saberes, métodos e articulações teóricas para a compreensão do fenômeno Bolsonaro.

Importa novamente frisar que essa mobilização diz respeito a um uso específico da psicanálise, que difere de sua prática tradicional. Como visto na coletânea de exemplos da seção anterior, a psicanálise é empregada para examinar falas e condutas públicas do presidente no exercício do cargo – o que implica a inexistência dos alicerces da análise, tais quais a

fala livre do paciente e a relação estabelecida entre ele e o analista.

Ao que indicam os exemplos apresentados anteriormente, a mobilização do saber psicanalítico nesses moldes possui uma função clara: enquadrar o presidente em um sistema de classificação previamente conhecido, implicando a sua inclusão em um sistema normativo. Trocando em miúdos, o papel desempenhado por essa operação é o de atribuir algum tipo de coerência ao discurso e às condutas praticadas por Jair Bolsonaro – através do sistema normativo da psicanálise, as ações e omissões do presidente, supostamente, deixam de ser incompreendidas e passam a ser enxergadas com maior nitidez.

É fundamental notar, também, um outro elemento comum a todos os textos da coletânea apresentada: o diagnóstico. A inclusão de Jair Bolsonaro no sistema normativo a que fazemos referência passa pelo fato de os autores o diagnosticarem como portador de uma patologia ou como dotado de determinada personalidade. Não se pode perder de vista que os diagnósticos são proferidos apenas com base nos atos praticados pelo presidente no exercício de seu cargo, não havendo, portanto, qualquer outra relação, concreta ou simbólica, entre Jair Bolsonaro e os autores. Nos dois primeiros ensaios, inclusive, para além do diagnóstico, os autores indicam caminhos para que os demais sujeitos possam lidar com o presidente, identificando a doença e prescrevendo sua cura.

Um último ponto que marca todos os ensaios da coletânea é que os diagnósticos representam também uma possibilidade de exposição de fraturas do governo. Isso significa inserir no ato de diagnosticar um elemento político: às possíveis intervenções clínicas e sociais decorrentes da identificação de uma patologia ou de um traço da personalidade, soma-se uma potencialidade de intervenção política. Empregando um jargão, a mobilização da psicanálise nos moldes dos ensaios permite também o encontro do “calcanhar de Aquiles” do presidente – o que em um cenário de aparente desmobilização política e de falência da crítica equipara-se ao encontro de uma mina de ouro.

Diante da coletânea de exemplos surgem as perguntas: por que a psicanálise ganha espaço na análise política? E mais especificamente, por que uma mobilização singular da psicanálise que se debruça sobre registros públicos em oposição à descrição da clínica e que privilegia o diagnóstico?

Proponho dois caminhos para esboçar uma reflexão sobre a primeira questão. Primeiro, recorro aos refinados ensinamentos de Garcia-Roza: “a psicanálise se apresenta como uma teoria e uma prática que pretendem falar do homem enquanto ser singular, mesmo que afirme a clivagem inevitável [da subjetividade entre consciente e inconsciente] a que esse indivíduo é submetido”.^[xiii]

Nessa chave, a alçada da psicanálise como ferramenta de análise do fenômeno Jair Bolsonaro parte do pressuposto de que existe alguma singularidade do presidente enquanto sujeito capaz de explicar suas condutas e discursos enquanto gestor da nação. Como salientado pelos exemplos da seção anterior, dada sua falta de decoro como ocupante do cargo, acredita-se que tal particularidade se refira a algum traço desviante de sua personalidade ou de alguma disfuncionalidade em seu aparelho psíquico.

Ainda com os ensinamentos de Garcia-Roza no horizonte, o ato de diagnosticar o presidente como “perverso”, “ressentido” ou “psicopata” acaba por dotá-lo de uma singularidade. É fato que, conforme destacado há pouco, o *modus operandi* do governo Jair Bolsonaro é, também, singular – ao menos, no período pós-redemocratização. Nessa linha de ideias, o que se pode conceber é o uso da psicanálise como sintoma – isto é, como uma tentativa de nomeação dessa singularidade política. Em outros termos, a mobilização desse saber parece partir de um exercício lógico: tendo em vista que a psicanálise que trata o sujeito como ser singular há possibilidade de transpô-la para tratar de um governo como ator político singular.

Um segundo caminho para pensar a respeito desta questão se abre quando levamos à cabo a ideia de que a psicanálise é, em verdade, uma “intervenção terapêutica”.^[xiv] Concebendo intervenção como sinônimo de um agir que objetiva mudar o *status quo* de uma situação concreta, afirma-se que o que se pretende com a mobilização da psicanálise ao cenário político é a tentativa de alteração do atual estado das coisas – marcado, em linhas gerais, pela perda de direitos sociais, avanço da agenda conservadora e desrespeito aos direitos humanos.

Percebe-se, portanto, que o uso da psicanálise para essa função deriva da posição dos autores em relação ao governo – o que nessa chave tem relação com a “posição do analista”, ainda que nem todos os autores se identifiquem como tal. Tensionando um pouco mais esse argumento, o que se infere, usando o jargão lacaniano, é a presença do desejo dos autores para com o governo; desejo esse de desmascarar e denunciar uma verdade que nele está escondida.

a terra é redonda

Em outros termos, o que não pode se perder de vista é o fato de os autores serem afetados, enquanto sujeitos, pelas injunções características deste governo e que, portanto, sofrem, recordam, repetem e elaboram sentimentos a seu respeito.^[xv] Daí dizer que a condição de possibilidade da mobilização do saber psicanalítico para esse fim é a participação crítica dos autores – que possuem direta ou indiretamente contato com esse saber – no contexto analisado e seu desejo de mudar seus rumos.

Passo agora à segunda questão, que diz respeito ao estatuto do diagnóstico nessas análises.

O pressuposto de que existe uma relação entre “características psíquicas” e as condutas levadas a cabo por um sujeito é consonante ao saber psicanalítico. O que chama atenção, no entanto, é a forma com que essa relação é operada na coletânea de exemplos apresentadas na seção anterior. Em oposição à ideia do sintoma e da necessidade de que ele seja enunciado – ou, narrado – como condição de possibilidade para que a psicanálise entre em cena,^[xvi] percebe-se uma espécie de primazia do diagnóstico. Ou seja, no “tempo zero” identifica-se a singularidade que Bolsonaro possui – ou, poder-se-ia dizer, do que ele sofre –, para a partir disso compreender suas condutas.

Como destacado há pouco essa é uma operação que inclui o presente em um sistema normativo, cujo funcionamento é regido por construções lógicas do tipo: ele é assim, por isso age (e agirá) de determinada forma. Bolsonaro é perverso, por isso seu desprezo pela lei. Jair Bolsonaro é ressentido, por isso culpa (e continuará a culpar) as minorias por suas falhas – e assim sucessivamente. Em resumo, o resultado desse conjunto de operações lógicas é a inclusão de Bolsonaro em um registro, ou em termos mais refinados, em uma linguagem.

O que deve ser destacado neste momento da exposição é que aquilo que apelido de “primazia do diagnóstico” não é algo exclusivo da coletânea de exemplos apresentadas, ou ainda desse emprego para análise da conjuntura política. Como mostra Christian Dunker, esse uso que se faz do diagnóstico – de alguma forma – marca o tempo presente.^[xvii] A título exemplificativo, o autor cita os diagnósticos praticados pelos *coachings* e *head hunters*, que apontam qualidades para uma melhor vida no trabalho, e os diagnósticos na educação, que identificam disfuncionalidades, como o déficit de atenção, potencialmente prejudiciais ao aprendizado de crianças e jovens.

Nesse sentido, a combinação entre a possibilidade ofertada pela psicanálise de tratar um governo singular a partir de suas singularidades e sua operação de uma maneira que encontra ecos em outros “atos diagnósticos” característicos do tempo presente parece ser um dos caminhos possíveis para explicar a sua alçada à condição de ferramenta de análise política.

Um último ponto a ser destacado nesta seção é que o uso da psicanálise nos moldes descritos acaba por privilegiar a contraposição entre normal e patológico e sua consequente transposição à política. No caso das análises sobre Bolsonaro isso fica ainda mais claro na medida que o patológico do seu governo – i.e., a desconformidade com os preceitos e instituições democráticas – é lido como decorrência de uma patologia de sua subjetividade. Uma leitura negativa da coletânea de exemplos poderia revelar que, caso Bolsonaro fosse um sujeito normal (aqui entendido como o oposto de patológico), as ações por ele praticadas estariam dentro da normalidade daquilo que se espera de um governo democrático.

Cria-se, portanto, através dessa mobilização do diagnóstico, a falsa ilusão de que todas as disfuncionalidades do governo (ou seja, suas patologias) estão relacionadas única e exclusivamente ao sujeito que atualmente ocupa a direção da nação, em um movimento que restringe a abrangência da crítica. Isso porque o investimento nessa construção não leva em consideração as injunções características do governo em uma outra escala – são ausentes as reflexões sobre, por exemplo, seus processos, sua constituição, os interesses e racionalidades que o regem.

Em outros termos, o que defendo é que leituras como aquelas reunidas na coletânea de exemplos da seção anterior não podem dar conta, sozinhas, de clarificar as singularidades e os traços característico do governo Bolsonaro. E, mais do que isso, devem nos servir como substrato crítico para refletirmos as possibilidades da psicanálise enquanto lente analítica dos fenômenos sociais.

Apresento a seguir, de maneira breve, um – entre tantos outros possíveis – tensionamentos sobre a alçada da psicanálise à explicação do social. Com isso, não pretendo oferecer respostas ou encerrar o debate – algo que seria, de alguma forma, lançar mão de um novo diagnóstico. Antes, o objetivo é o de colocar em cena uma reflexão sobre esse movimento.

3.

Em uma aula proferida em 27 de junho de 1968,^[xviii] Theodor Adorno apresenta aos alunos de um curso de sociologia sua leitura sobre a intersecção dessa disciplina com a psicanálise. Intersecção essa, como bem sabido, um dos alicerces^[xix] não só de sua obra, mas da tradição a que se filia – conhecida como “Teoria Crítica” ou “Escola de Frankfurt”.

O que perpassa todo o conteúdo da aula é uma mensagem contrária as falsas totalizações teóricas, oriundas – segundo Adorno – da divisão do trabalho crítico,^[xx] que se pretendem explicar os fenômenos sociais. Nas palavras do professor, essas se apresentam como “a pedra filosofal a partir da qual tudo pode ser explicado”,^[xxi] um movimento que, a mim, assemelha-se as elucubrações diagnósticas apresentadas nas seções anteriores.

Avançando um pouco mais nesse argumento, Theodor Adorno destaca que na mediação entre dois saberes – no caso, entre psicanálise e sociologia –, normalmente, categorias assumidas em um deles ficam – em termos de densidade, concretude e expressividade – para trás em relação às categorias do outro. É o que ocorre, segundo ele, nas passagens da obra freudiana em que as determinações sociais são pressupostas e apresentadas sem medições.

Para dar concretude a sua tese Adorno lança mão de três exemplos: (i) as imagens arcaicas a que recorre Freud em textos como *Totem e tabu* e *Moisés e o monoteísmo*; (ii) a teoria da universalidade e indiferenciabilidade do Eu que marca a segunda tópica freudiana; e (iii) a concepção de Super-Eu como uma das instâncias psíquicas. Vamos a eles.

Theodor Adorno define as tais imagens arcaicas como “imagens que não podem ser explicadas pelo trabalho psicanalítico com o indivíduo, ou seja, de maneira puramente imanente, no interior das mônadas individuais e fechadas em si mesmas”^[xxii] – lembrando que em *Moisés e o monoteísmo*, Freud caracteriza-as como uma espécie de “inconsciente coletivo” sedimentado em cada indivíduo. Seguindo essa lógica, Theodor Adorno destaca que é justamente na camada mais profunda da individuação – aquela que não pode ser acessada pelo trabalho analítico – que se impõe o social. Guardemos por ora essa passagem e partamos para o segundo exemplo.

O que diz Theodor Adorno quando remete a teoria da universalidade e da indiferenciabilidade do Eu é o fato de as forças pulsionais e a tal herança que formam o psiquismo serem mais ou menos idênticos em todos os indivíduos. Seguindo a trilha da aula, ao tensionar esse ponto da teoria freudiana, Adorno chama atenção para que – apesar do ponto de partida ser o indivíduo, há nessa semelhança algo fundamentalmente coletivo, ou social; que é justamente essa espécie de “partilha do invariável”. Essa, digamos, imutabilidade dos processos de formação do psiquismo é um dos pontos de crítica de Theodor Adorno à Freud – o qual, dada a brevidade deste ensaio, não será aqui revistada.

A noção de Super-Eu, tal como edificada por Freud, é o terceiro exemplo apresentado aos alunos para atestar a presença incontornável da sociedade na psicanálise. Instância psíquica caracterizada como “consciência moral”, nela são enfeixados – nas palavras de Theodor Adorno – “os mecanismos, por meio dos quais, nascidos como seres biológicos individuais, propriamente nos tornamos [...] um animal político”^[xxiii].

Percebe-se que, com essas passagens, Theodor Adorno pretende mostrar o fato de os processos psicológicos conterem em seu cerne as determinações da sociedade – ou, como destaca, “o momento social” –, passíveis de serem reveladas por seu intermédio. Em suas palavras, esse tensionamento “comprova que o homem individual de que a psicanálise se ocupa é uma abstração diante daquele nexos social em que os indivíduos individualizados se encontram”^[xxiv].

Ao contrário do que possa parecer à primeira vista, o que está em tela não é advogar por uma primazia da sociedade – isso seria substituir uma “pedra filosofal por outra”; ou, porque não, diagnosticar um déficit explicativo da psicanálise, prescrevendo uma certa sociologia como cura. Não se trata, tampouco, de um abandono ou escanteamento da psicanálise como ferramental para apreender os processos sociais. O movimento que se segue – esse é o ponto que julgo pertinente à discussão em tela –, e que se conecta com o início da aula, é o da problematização de explicações totalizantes; ou seja, construídas a partir de uma eleição (não importa se de maneira intencional) de um saber privilegiado.

Avançando por esse flanco, Adorno afirma que a verdade dessa individuação, por vezes, excessiva da psicanálise encontra-se no fato de a sociedade na qual ela se insere ser construída pela forma dominante da troca entre contratantes individuais

- algo que reforçaria, segundo a concepção da mediação entre os saberes apresentada no início da aula, uma valorização da categoria indivíduo como uma espécie de contraposição à sociedade. Com esse palavreado, quero reforçar que, seguindo a trilha de Adorno, não se pode ler a psicanálise e suas manifestações desconsiderando suas determinações constitutivas. Para tentar clarificar essa passagem do argumento, recupero a afirmação do professor de que “se deve interpretar a própria categoria de individuação e os específicos fatores formadores da individualidade por sua vez como interiorizações de imposições, necessidades e exigências sociais” ^[xxv].

O interessante - e, em minha visão, a possível lição para a discussão aqui proposta - é a concepção de Theodor Adorno de que uma leitura dialética da própria letra freudiana nos revela os limites de uma mobilização essencialmente individual da psicanálise. Vejamos como isso aparece em uma passagem um pouco mais extensa: “O tema dialético repousa no fato de Freud haver descoberto na elaboração de seu próprio material, genuinamente, que quanto mais profundamente se mergulha nos fenômenos de individuação dos seres humanos, quanto mais irrestritamente se apreende o indivíduo em sua dinâmica e seu resguardo, tanto mais perto se chega àquilo que, no indivíduo, já não é mais propriamente indivíduo” ^[xxvi].

Ler a letra freudiana dialeticamente ^[xxvii] na esteira do que aqui está sendo exposto, é conceber suas mediações entre individual e social não de maneira estanque e rígida, como se fossem muros ou fronteiras; mas como espécies de “zonas de indeterminação” ou litorais ^[xxviii]. Isso porque, segundo a leitura adorniana da obra de Freud, quanto mais profundamente nos penetramos em uma dessas zonas - indivíduo ou sociedade -, passamos obrigatoriamente para a outra. Daí Theodor Adorno ter dito, em outra ocasião, que “Freud tinha razão onde não tinha razão” ^[xxix] - em sua tentativa de compreender o indivíduo, o psicanalista vienense acabou por extrapolar as fronteiras dos fenômenos relacionados à psique individual, expandido-as na medida em que se deparou com as manifestações sociais. E não só isso. Freud, seguindo a linha de ideias adorniana, para além de tomar contato com o que há de social naquilo que é aparentemente individual - lembremos dos três exemplos oferecidos aos alunos -, apreendeu a própria sociedade ^[xxx] uma vez que essa só pode ser assimilada através dos indivíduos ^[xxxi].

4.

Com o exposto nessa, ao mesmo tempo, breve e longa, digressão voltemos à problematização dos diagnósticos públicos do futuro ex-presidente.

A partir das lições de Adorno, parece-me que os tais diagnósticos orbitam entre uma “sociologização da psicanálise”, na medida em que se esforçam em explicar as fraturas da sociedade por determinações do psiquismo individual; e uma “psicologização do social”, ao - nesse movimento - ofuscar todo e qualquer “fator sistêmico” constitutivo da sociedade atual em suas análises.

Novamente, não se trata aqui advogar pela superioridade de um movimento sobre o outro - ou ainda pela eleição de um outro saber hierarquicamente superior - como convincente para explicar os fenômenos que nos envolvem. Resta claro que todo o edifício freudiano nos é indispensável para desvendar as tais fraturas. Descartá-la por completo seria, nas palavras de Adorno, “desconsiderar que a forma pela qual o geral se impõe no indivíduo é mediado pela psicologia” ^[xxxii]. Teríamos então, um desafio ainda maior para explicar a irracionalidade do nosso modo de vida e os porquês, mesmo com isso claro, continuamos contribuindo para sua reprodução.

Do mesmo modo, defender que os demais esforços para apreensão da sociedade sejam deixados de lado e encobertos por uma espécie de psicanálise aplicada a agrupamentos de pessoas - radicalizando, de certa forma, a passagem da abertura de *Psicologia das massas e análise do Eu*, em que Freud afirma que “a psicologia individual é também, de início, simultaneamente psicologia social” - é descaracterizar as particularidades de nosso tempo, marcado por relações de dominação específicas do capitalismo. É, também, não perceber que os tais diagnósticos do futuro ex-presidente podem dizer muito mais sobre a sociedade em que ele se insere do que propriamente sobre sua “saúde mental”.

Como dito anteriormente, a pretensão deste breve ensaio é - antes de encerrar qualquer debate - lançar questões sobre a,

digamos, permeabilidade da psicanálise fora do *setting analítico*. Esboçar aqui uma conclusão seria, portanto, uma contradição. Compartilhando a suspeita de que, mesmo com a derrota de Jair Bolsonaro nas urnas, o bolsonarismo continuará presente entre nós – o que ainda nos demandará infinitos esforços críticos para compreendê-lo – recorro a mais uma elaboração de Adorno: “quanto mais nos aprofundamos na gênese psicológica do caráter totalitário, tanto menos nos contentamos em explicá-lo exclusivamente de forma psicológica, e tanto mais nos damos conta de que seus enrijecimentos psicológicos são um meio de adaptação a uma sociedade enrijecida”.^[xxxiii]

***Bruno Fiaschetti** é mestrando no departamento de sociologia da USP.

Notas

^[i] TSE conclui votação: Jair Bolsonaro teve pouco mais de 55% dos votos. *Jornal Nacional*, 29 out. 2018 Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2018/10/29/tse-conclui-votacao-jair-bolsonaro-teve-pouco-mais-de-55-dos-votos.ghtml>.

^[ii] Bolsonaro teve mais votos no segundo turno das eleições de 2022, quando saiu derrotado, do que quando venceu o pleito de 2018. Mais de 58 milhões de brasileiros o escolheram como candidato. O número exato está disponível no site do TSE: <https://resultados.tse.jus.br/oficial/app/index.html#/eleicao/resultados>

^[iii] Ver, por exemplo, ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém*.

^[iv] *Cem dias sob o domínio dos perversos*. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/10/opinion/1554907780_837463.html

^[v] Mobilização essa que não compreende apenas uma exaltação do período em que os militares ocuparam o poder, mas também dos traumas decorrentes dos assassinatos e da tortura por ele praticados e de um discurso que deliberadamente procura deslegitimar a memória não-militar do período – i.e., que, de maneira geral, objetiva o reconhecimento das violações de direitos humanos nele praticadas.

^[vi] Disponível em: <https://brasil.elpais.com/opiniao/2020-05-28/o-que-podemos-diante-dos-perversos.html>

^[vii] Nos termos colocados pelos autores a “lei” é a condição de possibilidade apontada por Freud em *O mal estar na civilização* para a vida em sociedade. Ou seja, o processo através do qual se modulam os imperativos do *princípio do prazer* aos mandamentos da civilização.

^[viii] Os autores, por diversas vezes, fazem referência a episódios característicos da formação social brasileira – tais quais a escravidão, o genocídio indígena e a tortura praticada durante o regime militar – que, segundo eles, são mobilizados pelos sujeitos perversos contemporâneos. À título ilustrativo destacamos o trecho: “Seria esse o resultado em nós da perversão do ato colonizador e espoliador que fundou nosso país e que se desdobrou em tantas e tão terríveis tragédias? Marchamos, assim, desde nossos tempos iniciais, afiançando o assassinato dos povos originais, com a objetificação naturalizada do outro para a nossa exploração e prazer na escravização do povo africano, [com a tortura nos porões da ditadura civil-militar](#)... todos atos de violência extrema e desprezo pela lei e pelo outro que continuam a ser aplicados sem escrúpulos ainda hoje sobre a maior parte da população, nas relações perpetradas tanto na sociedade civil, como também pelo Estado, este que deveria zelar pelo bem comum”.

^[ix] “E daí?” foi a resposta de Bolsonaro quando indagado por um repórter sobre as mortes causadas pelo novo coronavírus no Brasil. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/28/e-dai-lamento-quer-que-eu-faca-o-que-diz-bolsonaro-sobre-mortes-por-coronavirus-no-brasil.ghtml>

^[x] *O ressentimento chegou ao poder?* Disponível em: <https://www.revistaserrote.com.br/2020/01/o-ressentimento-chegou-ao-poder-por-maria-rita-kehl/>

[xi] A autora pontua que o conceito de paixão empregado no texto é aquele definido por Espinosa como *paixão triste* – que são as paixões que *diminuem a potência de agir do indivíduo*.

[xii] *Bolsonaro não é louco*. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/ruth-de-aquino/post/bolsonaro-nao-e-louco.html>

[xiii] GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. *Freud e o inconsciente*, p. 22. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

[xiv] Em análise da fobia de um garoto de 5 anos (*O pequeno Hans*), Freud define: “uma psicanálise não é uma investigação imparcial, científica, mas uma intervenção terapêutica; em si ela nada quer privar, quer apenas mudar algo”.

[xv] Em uma entrevista realizada com vários psicanalistas sobre as intersecções entre “psicanálise e neoliberalismo”, Paulo Endo refere-se a esses movimentos da seguinte forma: “No momento em que analisamos ou interpretamos algo, ou alguém, que não nos está imediatamente acessível, não está em nossos divãs, estamos recorrendo à escuta do que reverbera em nós, também sujeitos da escuta analítica, também transformados por ela e também sujeitos aturridos e confrontados com as injunções neoliberais, fascistas, ditatoriais, etc. das quais somos sempre parte de algum modo. Nossa implicação nesse sintoma instaura nossa escuta”. Disponível em: <https://lavrpalavra.com/2017/05/19/a-psicanalise-e-o-neoliberalismo-entrevista-com-caterina-koltai-christian-dunker-maria-rita-kehl-nelson-da-silva-jr-paulo-endo-e-rodrico-camargo/>

[xvi] Ver a Conferência XXXI – “A dissecação da personalidade psíquica”, proferida por Freud

[xvii] Dunker define essa “primazia do diagnóstico” como diagnóstica, que em seus escritos, traduz-se numa forma de uso da razão que expande e privilegia o pensamento em estrutura de diagnóstico. Em outros termos, o autor assevera que há uma “racionalidade diagnóstica”, calcada nas determinações do tempo presente, caracterizada pela “expansão dos atos, raciocínios e estratégias de inserção política, clínica e social do diagnóstico, e sua consequente ‘força de lei’, capaz de gerar coações, interdições, tratamentos e que tais”. In: DUNKER, Christian. *Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros*. 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2015, P. 20.

[xviii] A aula em questão, e as demais que compuseram o curso, estão disponíveis em ADORNO, Theodor W. *Introdução à Sociologia*. Trad. Wolfgang Leo Maar – São Paulo: Editora Unesp, 2008.

[xix] De maneira bastante breve e concisa, pode-se definir a empreitada intelectual da primeira geração desses teóricos – a qual Adorno está incluído – como um esforço de estabelecer novas coordenadas para a tradição marxista a fim de concebê-la, para além de uma prática revolucionária, como uma teoria da sociedade voltada à compreensão das estratégias de reprodução e manutenção do capitalismo. Nas palavras de Wiggerhaus, essa agenda foi posta em movimento através de investigações teóricas e empíricas que se debruçaram sobre as “relações entre a vida econômica da sociedade, o desenvolvimento psíquico dos indivíduos e as modificações do ambiente cultural”. Para uma análise da história das ideias da “Escola de Frankfurt”, ver JAY, Martin. *A imaginação dialética: história da Escola de Frankfurt e do Instituto de Pesquisas Sociais, 1923-1950*. Rio de Janeiro, Contraponto, 2008; e WIGGERHAUS, Rolf (2002). *A Escola de Frankfurt: história, desenvolvimento teórico, significação política*. Trad. Lilyane Deroche-Gurgel e Vera de Azambuja Harvey. Rio de Janeiro, Difel, 2002.

[xx] “O que a ciência separada pela divisão do trabalho projeta no mundo apenas reflete o que nele ocorre”. É o que diz Adorno em um texto de 1955, intitulado “Relações entre psicologia e sociologia”. Adorno

[xxi] *op. cit.*, Introdução à Sociologia, p. 268

[xxii] *Idem*, p. 267

[xxiii] *Idem*, p. 271

[xxiv] *Idem*, p. 266

[xxv] *Idem*, p. 267

[xxvi] *Idem*, p. 269

[xxvii] Para uma descrição detalhada dessa “operação” ver FREITAS, Bruno Carvalho Rodrigues de Freitas. *Psicanálise e crítica social em Adorno*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

[xxviii] Sobre essas metáforas fronteiriças, ver a discussão de Christian Dunker sobre “as políticas de nomeação do mal-estar” na seção intitulada “Muros, fronteiras e litorais” do já citado *Mal-estar, sofrimento e sintoma*. (pp. 147-150)

[xxix] ADORNO, Theodor W. A psicanálise revisada, p.62. In: *Ensaio sobre psicologia social e psicanálise*. Trad. Verlaine Freitas. São Paulo – Editora Unesp, 2015.

[xxx] *op. cit.*, *Psicanálise e crítica social em Adorno*, p. 33.

[xxxi] Por isso, durante a aula, Adorno afirma que Freud redescobriu a dialética do particular e universal tal como apresentada por Hegel, em que o particular é o universal e o universal é o particular. “Freud efetivamente descobriu que o núcleo interior em que se baseia a psicologia do indivíduo singular é ele próprio um universal: ou seja, certas estruturas muito gerais, embora de tipo arcaico, do nexos social em que se situam os seres individuais”. *Introdução à Sociologia*, p. 272

[xxxii] *Idem*, p. 272. Para ilustrar esse ponto, Adorno reafirma o lugar que Freud atribuiu ao Super-Eu. “Antes de mais nada, na forma em que participa do processo de socialização, esse Super-Eu não é algo de exterior, mas uma instância psíquica. Portanto, a universalidade social incorporada pelo Super-Eu, as normas e as obrigações – não roubarás, serás diligentes, não serás infiel – todas essas normas efetivamente sociais são interiorizadas no indivíduo mediante mecanismos psicológicos.

[xxxiii] ADORNO, Theodor W. Sobre política e neurose, p. 198. In: *Ensaio sobre psicologia social e psicanálise*. Trad. Verlaine Freitas. São Paulo – Editora Unesp, 2015.

**O site *A Terra é Redonda* existe graças aos nossos leitores e apoiadores.
Ajude-nos a manter esta ideia.
[Clique aqui e veja como](#)**